

Nota da ABRASCO sobre os Impactos à Saúde Coletiva com o Risco de Desmonte do Licenciamento Ambiental e a Violência Política Contra a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) vem a público manifestar profunda preocupação com os impactos ao meio ambiente e à saúde coletiva decorrentes do risco iminente de desmonte em curso do licenciamento ambiental no Brasil. A recente tramitação do Projeto de Lei nº 2.159/2021, conhecido como “PL da Devastação”, representa um dos maiores retrocessos institucionais da história ambiental brasileira, ao propor a flexibilização radical de um dos principais instrumentos de controle e prevenção de danos socioambientais e sanitários.

O Projeto de Lei nº 2.159/2021, sob a justificativa de conferir “celeridade e segurança jurídica”, promove, na prática, um esvaziamento sem precedentes do licenciamento ambiental e da política pública de meio ambiente no Brasil. Entre os dispositivos mais alarmantes, destacam-se a criação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que permite a autodeclaração de regularidade por parte do próprio empreendedor; a dispensa de licenciamento para diversas atividades com impacto relevante; e a limitação drástica do papel de instituições que zelam por populações indígenas, quilombolas, unidades de conservação e bens culturais.

O projeto também aprofunda a histórica precariedade na aplicação da consulta livre, prévia e informada (CLPI), desconsiderando o direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais de participarem efetivamente dos processos decisórios que impactam seus territórios. Essa lógica ignora a complexidade territorial, sanitária e ecológica do país, desmontando salvaguardas essenciais para proteger a vida. Ao desestruturar os mecanismos de avaliação técnica, participação pública e controle social, o PL compromete diretamente o direito à saúde e à segurança de populações historicamente vulnerabilizadas – sobretudo na Amazônia, no Cerrado e em áreas de expansão do agro-minero-fóssil-negócio.

[A ABRASCO já havia se posicionado publicamente sobre esse tema em sua nota “Nova Lei Geral \(da Extinção\) do Licenciamento Ambiental”, publicada em maio de 2023.](#) Na ocasião, alertamos que essa proposta contraria o artigo 225 da Constituição Federal e põe em risco os princípios da precaução, da prevenção e da equidade socioambiental. Reafirmamos agora que licenciamento não é entrave ao desenvolvimento – é instrumento democrático para assegurar que as políticas, programas e projetos ocorram com justiça socioambiental e respeito à vida.

É nesse cenário de acirramento das disputas políticas e econômicas que se intensificam os ataques simbólicos e institucionais a lideranças comprometidas com outro projeto de país. A violência misógina e racista sofrida pela ministra de estado de Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva, durante audiência no Senado Federal, realizada em 27 de maio, é parte estruturante dessa ofensiva. Marina, uma das poucas lideranças brasileiras a sustentar, com coragem e consistência, uma agenda baseada em justiça climática, direitos territoriais e proteção da sociobiodiversidade, torna-se alvo justamente por sua coerência.

Sua presença à frente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em um momento em que o Brasil se prepara para sediar a COP30 em Belém do Pará – território símbolo da resistência amazônica – é mais que simbólica: é estratégica. Como afirmou, “a COP30 não é festa, é luta” – e essa luta exige proteger não apenas os biomas, mas também quem os defende.

Repudiamos veementemente os discursos de ódio que alimentam a intolerância, a desinformação, o negacionismo e a destruição de direitos. É dever das instituições democráticas proteger aqueles(as) que defendem o futuro coletivo e não permitir que os interesses de uma pequena oligarquia transnacional ditem os rumos da política ambiental brasileira. É também dever do Estado garantir a articulação entre as políticas ambientais e de saúde pública: desestruturar o licenciamento ambiental é, na prática, fragilizar a vigilância em saúde ambiental e comprometer os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que atua para prevenir riscos, proteger a vida e promover territórios saudáveis.

Em confluência com a afirmativa de Marina Silva ratificamos que *“O licenciamento ambiental é uma conquista da sociedade. Neste momento, só o povo brasileiro pode evitar esse desmonte. Eles (os parlamentares) pensam que estão agredindo uma pessoa, mas estão agredindo um povo”*